
O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR DE MIGRANTES NO BRASIL
COMO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DE INCLUSÃO SOCIAL:
**UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO
PROJETO DE EXTENSÃO MIGRANTES
DAS FACULDADES PEQUENO PRÍNCIPE**

THE ACCESS OF MIGRANTS TO HIGHER EDUCATION AS A
STRATEGY FOR PROMOTING SOCIAL INCLUSION IN BRAZIL:
**AN EXPERIENCE REPORT FROM THE
OUTREACH PROJECT “MIGRANTS” DEVELOPED
BY PEQUENO PRÍNCIPE COLLEGES**

Submissão:
29/07/2025
Aceite:
06/11/2025

Ana Luiza Bogus¹  <https://orcid.org/0009-0003-5254-4421>
Cláudia Cibele Bitdinger Cobalchini²  <https://orcid.org/0000-0002-2870-9228>
Maria Isabella Furtado Viana³  <https://orcid.org/0009-0000-0236-9205>
Mariana Negri Kreutzer⁴  <https://orcid.org/0009-0004-6599-6627>
Mariah Carrer Fassbender Teixeira⁵  <https://orcid.org/0009-0001-9049-3309>

Resumo

Diante do crescimento da migração para o Brasil, diversas dificuldades têm sido enfrentadas por pessoas migrantes, especialmente no que se refere ao acesso à saúde, à informação e à educação. Barreiras linguísticas, preconceito, exclusão social e ausência de políticas públicas adequadas tornam esse grupo ainda mais vulnerável. Dentre os fatores promotores de inclusão está o acesso à educação e à qualificação para o trabalho. Este artigo descreve as intervenções desenvolvidas pelas estudantes participantes do projeto de extensão “Migrantes”, promovido pelas Faculdades Pequeno Príncipe, que oferece apoio a migrantes em Curitiba e região metropolitana. Por meio de visitas a alguns locais, estudos teóricos e atividades práticas, as estudantes identificaram a necessidade de ampliar o acesso a informações sobre o ensino superior brasileiro para migrantes. A partir dessa demanda, foram desenvolvidas ações educativas com o objetivo de contribuir para a inclusão social dessa população. A experiência foi orientada pela metodologia da pesquisa-ação, permitindo às estudantes refletirem criticamente sobre a realidade de pessoas migrantes e a elaborarem intervenções que promovam o exercício da cidadania e o direito à educação.

Palavras-chave: migração; saúde; acesso à educação; extensão universitária; inclusão social.

¹ Graduanda em Psicologia nas Faculdades Pequeno Príncipe - FPP ana.bogus@aluno.fpp.edu.br

² Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná - UFPR claudia.cobalchini@professor.fpp.edu.br

³ Graduanda em Medicina nas Faculdades Pequeno Príncipe - FPP maria.viana@aluno.fpp.edu.br

⁴ Graduanda em Psicologia nas Faculdades Pequeno Príncipe - FPP mariana.kreutzer@aluno.fpp.edu.br

⁵ Graduanda em Medicina nas Faculdades Pequeno Príncipe - FPP mariah.teixeira@aluno.fpp.edu.br

Abstract

Given the growing migration to Brazil, immigrants face significant challenges, especially regarding access to healthcare, information, and education. Language barriers, prejudice, social exclusion, and the lack of adequate public policies increase the vulnerability of this group. Access to education and professional training is the key factor in fostering social inclusion. This article describes the interventions implemented by students in the outreach project “Migrants” developed by Pequeno Príncipe Colleges, aiming to supports immigrants in Curitiba and its metropolitan region. Through site visits, theoretical studies and practical activities, the students identified a pressing need to expand access to information about Brazilian higher education for the immigrants. In response to this demand, educational initiatives were implemented to promote social inclusion. Guided by the action research methodology, the experience enabled students to critically examine immigrants’ realities while designing interventions that strengthen citizenship and the right to education.

Keywords: Migration; Public health; Education access; University extension; Social inclusion.

Introdução

A inclusão de migrantes no Brasil é um tema de grande relevância, tanto para políticas públicas quanto para formação profissional em saúde. A maior parte das pessoas em situação de imigração “forçada” advém de condições em que sua integridade física e mental, muitas vezes, encontra vulnerabilizada. Fatores relacionados à imigração involuntária, como conflitos armados, desastres naturais, perseguições, além dos desafios de adaptação à nova cultura, idioma, pobreza e invisibilidade social, contribuem para a fragilidade dessas populações nos novos países. Logo, mediante o exponencial aumento do fluxo migratório para o território brasileiro, evidencia-se a necessária sensibilização, conhecimento e incentivos à criação de medidas para amenizar as dificuldades de acesso ao estado de direito (Brasil, 2017).

De acordo com os registros administrativos do governo federal, estima-se que 1,3 milhão de migrantes residam no Brasil (SISMIGRA, 2020; STI-MAR, 2020 *apud* Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2021). A Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2023) caracteriza a palavra “migrante” como uma pessoa que se desloca do seu local habitual de residência –dentro do seu país de origem ou não–, temporariamente ou permanentemente, abrangendo todas as formas de deslocamento, independentemente do caráter motivacional.

Diante da emergência sobre o avanço de políticas públicas voltadas à população imigrante no Brasil, não há como se furtar, às formações profissionais, de integrar conhecimento sobre o movimento migratório e suas repercussões. Tendo em vista a ocupação com a formação na área da saúde, as Faculdades Pequeno Príncipe incentivam o projeto de extensão “Migrantes”, que visa compreender a situação dos migrantes no Brasil, principalmente no município de Curitiba e região metropolitana, e promover ações voltadas às suas necessidades, para uma ampliação da inclusão social. Por meio de

pesquisa bibliográfica e visitas em instituições parceiras, extensionistas, estudantes dos diversos cursos da Faculdade, caracterizaram como uma das necessidades a disseminação de informações sobre o processo de acesso ao ensino superior no Brasil.

O projeto de extensão “Migrantes” é estendido à participação de estudantes dos cursos de graduação ofertados nas Faculdades Pequeno Príncipe, abrangidos na área da Saúde. No entanto, há concentração de estudantes das graduações de Medicina e Psicologia. Em uma perspectiva de pesquisa-ação, estudantes são estimulados a tomarem contato com a realidade de algumas instituições parceiras, de modo a problematizar, por meio da observação participante, situações às quais poderiam contribuir no decorrer do semestre.

Foram realizadas observações, aos sábados, durante o dia, das atividades desenvolvidas por uma OSC (Organização da Sociedade Civil) que atende pessoas migrantes, auxiliando-as em questões relacionadas à documentação, contabilizando, em média, de 120 a 180 atendimentos por dia. O público atendido é composto por homens e mulheres adultos, em sua maioria economicamente ativa, em busca de emprego, para acesso à informação, advindos de diferentes bairros da cidade e da região metropolitana. Essa prestação de serviço ocorre, em geral, duas vezes por mês, em instituições parceiras, comumente igrejas que cedem espaço para os atendimentos. Esses atendimentos são realizados por pessoas migrantes que compõem a OSC e outros profissionais parceiros, como advogada responsável pela assessoria jurídica e, ocasionalmente, por pessoas que auxiliam na organização e no acolhimento das crianças.

Ao lado desse contato, também é incentivada a apropriação de literatura concernente a estudos sobre populações migrantes, principalmente na vertente de saúde integral da pessoa imigrante, da saúde mental, das condições de adaptação ao novo país e das dificuldades enfrentadas nessa empreitada. A partir do encontro entre a literatura e a realidade, os estudantes extensionistas são convidados a eleger um objetivo para uma possível intervenção no semestre.

Mediante às dificuldades de adaptação ao novo país, com barreiras linguísticas e culturais, o objetivo deste artigo é relatar a experiência de estudantes de graduação no projeto de extensão “Migrantes”, das Faculdades Pequeno Príncipe. Em sua execução, as estudantes extensionistas realizaram uma intervenção focada na viabilização do acesso à informação sobre o ingresso na educação superior no Brasil, com o intuito de contribuir para a promoção da inclusão social de migrantes.

Assim, o presente artigo descreve parte de fundamentação teórica que abrangeu a intervenção sobre o acesso à educação superior, seguida do relato das etapas de leitura, preparação e execução da intervenção, concluindo com as considerações sobre a experiência extensionista e o alcance de seus objetivos.

Dificuldades de migrantes no Brasil: barreiras linguísticas e acesso à informação

A expressão migrante é um termo utilizado, de forma abrangente, para se referir a pessoas em situação de deslocamento, seja entre países ou regiões geográficas (Andó Filho, 2021). A migração pode ser motivada por diversos fatores, sendo a mais comum a busca de um emprego, mas também conflitos, desastres naturais e pobreza. Contudo, quando chegam ao país, migrantes encontram grandes dificuldades quanto ao acesso à informação, somado à dificuldade com a língua (Dantas; Santana; Zaia, 2022).

Quando um indivíduo chega a um novo país, enfrenta diversas situações que afetam sua vida,

como, por exemplo, a perda de sua identidade, as diferenças culturais, as dificuldades em encontrar recursos locais, as novas perspectivas de exercício de seus papéis sociais no âmbito do trabalho e até mesmo no ambiente familiar. Paralelamente, esse impasse pode ser potencializado pela complexidade provocada pela introdução de um novo idioma, incluindo um período de adaptação e aprendizagem (Mendes, 2020).

As pessoas migrantes no Brasil apresentam uma rica diversidade de segmentos populacionais, que podem ser classificados de acordo com a sua origem geográfica, motivações para migrar, status legal e características socioeconômicas. Entre esses grupos, destacam-se: migrantes internacionais, migrantes econômicos, refugiados, solicitantes de refúgio, estudantes internacionais, migrantes em situação irregular, migrantes internos e migrantes ambientais. Cada um desses segmentos contribui, de maneira única, para a dinâmica social, econômica e cultural do país, enriquecendo o tecido social brasileiro com suas histórias (Baeninger, 2012).

É um desafio teórico e metodológico, segundo Nolasco (2016), compreender as migrações internacionais recentes para o Brasil, o que envolve a análise da configuração dos fluxos migratórios, de sua evolução, de suas características e teorias, bem como de seus volumes, perfis e modalidades. Sendo assim, no século XXI, as migrações internacionais adquiriram uma importância crescente nas sociedades de origem e destino, influenciando o cotidiano social e os mercados de trabalho. Esses movimentos afetam diretamente os fluxos financeiros e a mobilidade da força de trabalho, transformando profundamente a vida das populações migrantes e exercendo impactos significativos na realidade global.

Em um mundo globalizado, Bógus e Fabiano (2015), referenciando Martine (2005), afirmam que os migrantes buscam novas oportunidades, integrando processos como acesso à informação e possibilidades de mudança. No entanto, fatores econômicos, demográficos, políticos e sociais impulsionam essas migrações, gerando transformações tanto nos países de origem quanto nos de destino (Castles, 2005). Apesar dessas expectativas, muitos migrantes enfrentam desafios significativos, como a falta de qualificação profissional ou a dificuldade em comprová-la, agravados por barreiras linguísticas.

A falta de políticas eficazes para promover a inclusão social dos migrantes no Brasil amplia o preconceito e a desconfiança, vendo-os como uma ameaça ao mercado de trabalho e ao uso dos serviços públicos. Isso acaba reforçando atitudes xenofóbicas e medidas restritivas; além disso, a burocracia, o despreparo dos servidores públicos e o preconceito são obstáculos adicionais que dificultam a vida dos migrantes, especialmente aqueles em situação irregular, que evitam buscar ajuda das autoridades por medo de represálias (Bógus; Fabiano, 2015).

Segundo uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Ministério da Justiça (2015), os maiores desafios enfrentados por migrantes incluem barreiras linguísticas, a falta de documentação, o difícil acesso à informação e a dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal. Dessa forma, para superar esses problemas, é fundamental implementar políticas públicas que protejam os direitos humanos e migratórios. A discriminação e a xenofobia, particularmente contra refugiados de países pobres ou em conflito, como africanos e haitianos, continuam sendo grandes obstáculos à plena integração desses grupos na sociedade brasileira (Bógus; Fabiano, 2015).

Imigração e garantia de direitos: reflexões para profissionais da saúde

Ao situar a promoção do desenvolvimento humano pleno, o usufruto de direitos é condição *sine qua non* para sua realização. O acesso aos direitos é fundamento às condições materiais que podem garantir o desenvolvimento integral de todas as pessoas em uma nação. Ao exemplificar o critério da integralidade, em que determinações interagem na produção do estado de saúde, pode-se remeter aos fatores sociais que impactam e se relacionam com a saúde mental, elencando o acesso ao emprego, à educação, à habitação, além dos modos de vida das pessoas e os aspectos culturais em que as pessoas estão inseridas (Alves; Rodrigues, 2010).

A migração é um fenômeno que ocorre desde os primórdios, quando o deslocamento era uma prática natural em busca de recursos, como alimento e abrigo. Com o passar dos séculos, o número de emigrantes e migrantes tem crescido continuamente, impulsionado por desafios e necessidades cada vez mais complexas, que levam as pessoas a buscarem melhores condições de vida (FIOCRUZ, 2019).

Para que se promovam políticas de acesso ao exercício da cidadania, é imprescindível, por exemplo, construir linhas de cuidado humanizadas e eficientes a todas as pessoas. As pessoas migrantes enfrentam diversos desafios, como barreiras linguísticas, culturais e sociais, além de algumas vulnerabilidades específicas relacionadas ao deslocamento. Sendo assim, reconhecer essas particularidades permite a identificação e o atendimento de suas necessidades, abordando questões como doenças negligenciadas, traumas psicológicos e limitações no acesso a cuidados preventivos (Dias; Gonçalves, 2007).

Por conseguinte, ter conhecimento a respeito dos fluxos migratórios auxilia também na adaptação dos serviços de saúde, orientando o planejamento das políticas públicas e as qualificações profissionais que atendam às demandas dessa população. Logo, podem ser incluídas estratégias desde a atenção básica até as mais complexas, como a ampliação do conhecimento sobre os programas de vacinação, a organização do sistema de saúde e o suporte especializado em casos de violência ou deslocamento forçado (Rocha et al., 2012).

Ademais, para a promoção da equidade no atendimento em saúde, faz-se necessária a formação continuada de profissionais da área, com vistas à superação de preconceitos e discriminações, reduzindo as desigualdades. O desenvolvimento de uma sensibilidade cultural, além de favorecer o acolhimento humanizado, possibilita diagnósticos mais precisos, por meio da eliminação de algumas barreiras, como as dificuldades de comunicação. Portanto, profissionais da saúde atentos à diversidade cultural podem propiciar condições de melhoria na adesão às orientações e tratamentos, o que otimiza os resultados em saúde (Matos, 2020). A qualificação sobre os processos migratórios reverte em profissionais melhor preparados diante das mudanças sociais (Dias; Gonçalves, 2007).

A educação é considerada um dos instrumentos, em diversos debates internacionais, potencializadores da diminuição da desigualdade social, como abordado na Agenda 2030. A educação integra o plano de ação assinado por diversos países para a erradicação da pobreza e a promoção de vida digna. A Agenda 2030 define, em seu Objetivo 4, como meta para o aspecto educacional: “assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (ONU, 2015). Conjuntamente, a Lei de Imigração nº 13.445/17 (Brasil, 2017) e a Convenção Internacional sobre o Direito das Crianças, de 1990 (UNICEF), asseguram ao migrante e à criança migrante o direito de acesso à educação (Martin; Galib, 2021).

Entretanto, mesmo que as legislações e convenções assegurem o acesso à educação como di-

reito da pessoa migrante, as dificuldades dentro desse processo de ensino estão presentes. Dentre as adversidades enfrentadas, podem ser destacadas, comumente, a questão do idioma e a compreensão dos conteúdos ministrados no novo país. Além disso, as pessoas migrantes também se deparam com preconceitos socioculturais, o que estigmatiza sua presença na sociedade e cria barreiras no acesso a serviços universais (Instituto Unibanco, 2022; Martes; Araujo, 2018).

Diante das múltiplas determinações que participam do processo migratório, uma série de consequências é desencadeada para quem migra, para quem fica e para quem recebe os migrantes. Dentre as dificuldades de deslocamento para migrantes, sobressaem-se o medo e a perda de identidade, assim como a saúde física e mental afetadas, a dificuldade em conseguir emprego, a dificuldade com a linguagem, o preconceito e os estigmas. Esses fatores somam-se à intersecção de outros marcadores sociais, como raça, religião, classe social e gênero, que acirram as condições de violação de seus direitos, além da dificuldade com a documentação e com o acesso a informações relevantes sobre os sistemas de saúde e de educação, entre outros (Dantas; Santana; Zaia, 2022).

Portanto, diante dessa série de consequências, o migrante terá muita dificuldade para lidar com o seu entorno e consigo mesmo, pois sua saúde física e mental está, em grande parte, afetada, enfrentando também elevadas adversidades na socialização, já que sofre com preconceitos e estigmas impostos pela sociedade. Dentre elas, o acesso à informação impacta de modo contundente, pois esses indivíduos têm como língua materna um idioma diferente do local onde estão e apresentam dificuldades para obter informações (Dantas; Santana; Zaia, 2022).

Relato de experiência

O projeto de extensão “Migrantes”, da FPP, tem como objetivo promover ações que auxiliem na inclusão de migrantes em seu novo país, identificando seus maiores desafios, como a língua, contato com novas legislações, mudança de classe econômica, mudança de emprego, entre outros. Para isso, desenvolve ações em parceria, sendo uma delas com a Organização de Sociedade Civil (OSC), que organiza atividades de atendimento e orientação de pessoas migrantes advindas de países latinos, especialmente da Venezuela e de Cuba.

Suas atividades concentram-se em mutirões de atendimento realizados aos sábados, em igrejas parceiras, que cedem o espaço e apoiam a ação. Nesta são realizadas tais atividades que visam ajudar o acesso do migrante a documentos necessários para que esse possa se estabelecer no país sem problemas judiciais.

Durante as ações e visitas no decorrer do semestre, foi notado que alguns migrantes tinham dúvidas sobre como ingressar no ensino superior no Brasil. Assim, percebendo a carência de informações e a relevância do tema para o seu bem-estar, foi elaborada uma cartilha sobre acesso ao ensino superior no Brasil, na língua espanhola, idioma da maioria das pessoas migrantes contatadas. Foi explorado o acesso às universidades via Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), assim como políticas afirmativas como o Prouni (Programa Universidade para Todos) e o Fies (Fundo de Financiamento Estudantil). Ademais, foi abordado o vestibular das principais instituições públicas da região, como a Universidade Federal do Paraná (UFPR), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), o Instituto Federal do Paraná (IFPR), e indicaram-se cursinhos pré-vestibulares solidários, que são disponibilizados em horários acessíveis e com condições de frequência mediante sua proposta (gratuitos ou com vagas sociais).

Essas informações foram adquiridas pelos estudantes por meio de pesquisa em sites das universidades públicas do Paraná e informativos governamentais. Esse material foi disponibilizado nas ações com o público imigrante, também com um QR-code, de modo que se mantivesse o acesso às informações por meio da cartilha sempre que fosse necessário, como pode ser observado nas Imagens 1, 2, 3 e 4, a seguir.

Imagen 1: Cartilha sobre educação superior



¿CÓMO INGRESAR A LAS UNIVERSIDADES BRASILEÑAS?

Projeto de Extensão Migrantes - Faculdades Pequeno Príncipe

¿CÓMO FUNCIONA LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN BRASIL?

Los programas de estudio pueden tener una duración de entre 2 y 6 años, dependiendo de la carrera elegida. El grado de licenciatura, que varía de 4 a 6 años, se centra en la capacitación de profesionales para trabajar en diversos campos laborales. Por otro lado, la licenciatura, que dura 4 años, prepara a los estudiantes para ser docentes en la educación básica, incluyendo la enseñanza primaria, secundaria y profesional.

En contraste, los programas tecnológicos, que duran de 2 a 3 años, son más cortos y prácticos, enfocados en satisfacer las demandas específicas del mercado laboral.

CURSOS DE PREPARACIÓN SOLIDARIOS

1. **Cursinho en Acción:** este curso de preparación para el vestibular y el enem se lleva a cabo en Curitiba y São José dos Pinhais, con clases los sábados y domingos de 8 a 22 horas.

2. **Curso gratuito para el ENEM:** curso online disponible para cualquier persona interesada, no es necesario haber completado la educación secundaria todavía. Incluye video-lecciones, resúmenes y simulacros.

FORMAS DE ADMISION

Las formas más comunes de ingresar a una universidad en Brasil son a través del ENEM (Examen Nacional de Enseñanza Media), del Sistema de Selección Unificada (SISU) y de los exámenes de ingreso, llamados de "Vestibulares".

QR CODE

QR CODE

Fonte: As autoras (2024)

Imagen 2: Cartilha sobre educação superior

 <p>UFPR</p> <p>La UFPR, Universidad Federal de Paraná, es una institución de educación superior que ofrece programas de licenciatura en varias áreas y con campus en diferentes partes del estado de Paraná. Es una institución pública que brinda programas de licenciatura de forma gratuita.</p>	<p>Se ofrecen cursos de pregrado tanto presenciales como a distancia. Para consultar las opciones de cursos, escanea el código QR.</p> <div style="text-align: center;">  </div>	<p>El examen de ingreso consta de dos etapas. La primera etapa se llevará a cabo el 20/10/2024 e incluirá preguntas objetivas sobre materias como lengua portuguesa, lengua extranjera, literatura brasileña, arte, historia, geografía, sociología, filosofía, biología, matemáticas, química y física. Según los resultados de esta primera etapa, los candidatos pasan a la segunda etapa. La segunda etapa se realizará los días 01/12/2024 y 02/12/2024 e incluirá una prueba con preguntas discursivas sobre contenidos específicos del curso elegido por el candidato.</p>	<p>Puede encontrar información sobre los temas de cada asignatura y el edicto del proceso de selección en el código QR.</p> <div style="text-align: center;">  </div>
<p>Para inscribirse, acceda al código QR, regístrese y, a continuación, inicie sesión.</p> <div style="text-align: center;">  </div>	<p>IMPORTANTE: Elegirá el curso que desea realizar en la inscripción. Las tasas de inscripción oscilan entre 150 y 195 reales.</p>		

Fonte: As autoras (2024)

Imagen 3: Cartilha sobre educação superior

<p>ENEM</p> <p>El Examen Nacional de Bachillerato (ENEM) es un mecanismo de acceso a la enseñanza superior. Tiene lugar durante dos días al año. Los participantes realizan pruebas en cuatro áreas de conocimiento: lenguas, códigos y sus tecnologías; ciencias humanas y sus tecnologías; ciencias naturales y sus tecnologías; y matemáticas y sus tecnologías, además de redactar un ensayo. Las notas obtenidas en este examen sirven para acceder a SISU, ProUni y Fies, además de garantizar un descuento en la matrícula de algunas universidades privadas.</p>	<p>La inscripción tendrá lugar del 27 de mayo al 7 de junio y cuesta 85,00 reales. Para inscribirse, es necesario acceder a la página del participante en el código QR</p> <div style="text-align: center;">  </div> <p>También tendrá que estar registrado en gov.br, que utiliza su número de C.P.F.</p> <div style="text-align: center;">  </div> <p>Los exámenes tendrán lugar los días 3 y 10 de noviembre.</p> <p>SISU</p> <p>El Sistema de Selección Unificada (SISU)</p>	<p>es un programa del gobierno federal de Brasil que otorga plazas en instituciones públicas de educación superior según el rendimiento de los estudiantes en el ENEM.</p> <p>Cómo participar en el SISU:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Realizar el examen del ENEM. 2. Inscripción en el SISU: Despues de la publicación de los resultados del ENEM, el candidato debe acceder al sitio oficial del SISU. 3. Selección de Vacantes: puede elegir hasta dos opciones de curso, indicando el orden de preferencia. 4. Seguimiento y Resultado; 5. Matrícula en la institución después de la aprobación. 	<p>PROUNI</p> <p>El Programa Universidade para Todos (PROUNI) ofrece plazas en programas de licenciatura en universidades privadas de forma gratuita o con un descuento del 50% en la matrícula. Está dirigido a estudiantes que no poseen ningún título universitario.</p> <p>FIES</p> <p>El FIES (Fondo de Financiación Estudiantil) es un programa del Ministerio de Educación (MEC) para estudiantes que quieren entrar en una universidad privada. Algunos colegios privados tienen el FIES no sólo como financiación estudiantil, sino también como medio de ingreso en la universidad. Para más información sobre el FIES, visite: https://acessounico.mec.gov.br/fies</p>
---	---	--	---

Fonte: As autoras (2024)

Imagen 4: Cartilha sobre educação superior

CURSO DE PREPARACIÓN SOLIDARIO El Club del Estudiante Universitario: organizado por Casas de Lectura de Curitiba, ofrece Círculos de Lectura sobre las obras literarias del examen de ingreso a la UFPR 	¿QUIÉN PUEDE PARTICIPAR? Migrantes con visado de ayuda humanitaria, personas que han solicitado refugio, refugiados, apátridas y migrantes en situación social difícil, que viven en Curitiba o en la región metropolitana INFORMACIONES El curso consta de clases de nivel básico a avanzado. Las clases tienen lugar durante 3 meses, todos los sábados (12 sábados), de 10:00 a 12:30. Para inscribirse, debe hacerlo a través de un formulario on-line 	Prueba de nivel: una prueba para saber en qué clase encajas. Las plazas se abren dos veces al año , normalmente a principios (hacia febrero) y a mediados (hacia julio). Hay una lista de espera, así que una vez que hayas llenado tu solicitud, el equipo del proyecto sólo se pondrá en contacto contigo cuando haya una vacante para ti. IFPR El Instituto Federal de Paraná ofrece un curso gratuito de 18 meses con clases presenciales y en línea para migrantes y refugiados que sean profesores, trabajen o quieran trabajar en la educación profesional. Enseñanza Técnico Profesional de Nivel Medio (ESPEDU)	 Las clases pueden ser online (de 19h a 22h) o presenciales (los sábados de 9h a 13h, en el IFPR Campus Curitiba). Las inscripciones están actualmente cerradas, pero para más información visite el código QR 
PORTEGUÉS BRASILENO PARA LA MIGRACIÓN HUMANITARIA (PBHIM) El PBHIM forma parte del Centro de Lenguas e Interculturalidad (Celin) de la UFPR y su objetivo es ofrecer clases gratuitas de portugués.	Una vez cumplimentado el formulario, si hay plazas disponibles, es posible que te pidan que hagas una prueba de nivel.		

Fontes: As autoras (2024)

Mediante a constatação do interesse de muitos jovens migrantes sobre o acesso ao ensino superior, foi realizada uma campanha de arrecadação de materiais pré-vestibulares entre a comunidade discente das Faculdades Pequeno Príncipe, divulgada por meio de panfletos distribuídos pela faculdade e envio de posts para redes sociais e grupos de WhatsApp dos cursos, como representado na Imagem 5. O resultado foi considerado satisfatório, com arrecadação de diversas caixas de apostilas e livros, sendo então doado o material para OSC Hermandad Sin Fronteras, para que migrantes pudessem ter acesso a um material de apoio à preparação para concursos seletivos e vestibulares.

Imagen 5: Cartaz de arrecadação de apostilas.



Fonte: As autoras (2024).

Por fim, com o intuito de sanar dúvidas e garantir a eficácia da ação voltada à educação, foi realizada uma oficina sobre o ensino superior no Brasil, que foi divulgada para migrantes por meio de seus representantes, das redes sociais dos participantes e da coordenadora do projeto de extensão, como é o caso do post da Imagem 6. Essa ação foi desenvolvida no laboratório de informática da FPP, utilizando como metodologia a divisão do grupo, de modo a formar duplas entre uma pessoa imigrante e uma estudante brasileira, mediada pelo acesso a um computador com disponibilidade de busca na internet, no manuseio da

busca e exploração de sites com as informações sobre vestibular, revalidação de curso, entre outras.

Na oficina 4, migrantes e representantes/integrantes da OSC parceira compartilharam suas preferências em relação aos cursos e os meios de acesso à faculdade que gostariam de utilizar. Esses seriam disseminadores das informações juntamente à distribuição do material arrecadado ao público imigrante.

Imagen 5: Cartaz de arrecadação de apostilas.



Fonte: As autoras (2024).

identificando um perfil baixo de analfabetos, mas um grupo grande de sujeitos com ensino superior completo. Dentro desse grande grupo, porém, observou-se que apenas 14 pessoas conseguiram revalidar seus diplomas (ACNUR, 2024).

Observando os dados apresentados por esses boletins, é possível verificar o baixo índice de migrantes que revalidaram seus diplomas no Brasil, demonstrando a dificuldade de acesso a informações acerca dessa possibilidade e os obstáculos em conseguir realizar o processo de revalidação. Isso também foi vislumbrado durante a ação realizada nas Faculdades Pequeno Príncipe, na qual

Foram expostos os links relevantes e conduzida uma orientação detalhada sobre como acessar e utilizar a documentação necessária. Em seguida, foi realizada a entrega dos materiais didáticos anteriormente arrecadados, para posterior distribuição pela OSC em suas ações futuras. O projeto de extensão é composto, semestralmente, por cerca de 15 a 18 estudantes, principalmente dos cursos de graduação em Medicina e Psicologia, de variados períodos (desde o primeiro ano até concluintes).

Resultados para o público atendido no projeto

De acordo com o boletim informativo de migração no Brasil, entre 2010 e 2024, o Brasil recebeu mais de 1 milhão de pessoas na condição de migrantes, refugiados e solicitantes de reconhecimento da situação de refugiados (Brasil, 2024). Devido ao volume de pessoas migrando ao Brasil, órgãos governamentais e outras instituições têm buscado compreender o perfil desses migrantes, desde seu local de origem, gênero e condição socioeconômica, até sua escolaridade. Em uma pesquisa realizada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), analisou-se o perfil socioeconômico de 500 migrantes,

as pessoas participantes relataram essa lacuna de conhecimento acerca do ensino superior no Brasil e suas formas de ingresso.

Dessa maneira, ações como a realizada pelo Projeto Migrantes, em 2024, mostram-se essenciais na promoção da garantia de direitos com acesso à educação e ao trabalho para migrantes e refugiados, visto que essas ações têm como objetivo informar esse público sobre o funcionamento do acesso ao ensino superior no Brasil – incluindo o uso de ferramentas como ENEM, Sistema de Seleção Unificada (SiSU), PROUNI e FIES – bem como sobre a revalidação do diploma de universidades de outros países.

Resultados para extensionistas do projeto

Pesquisas brasileiras sobre usuários de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS II) revelaram que o baixo nível de escolaridade, a baixa renda e a vulnerabilidade social são variáveis relevantes para a análise das condições de vida das pessoas que procuram os serviços de saúde mental. O estudo de Maragno et al. (2006), realizado com 2.337 pessoas, revelou uma prevalência significativamente maior de transtornos mentais entre mulheres, idosos e indivíduos com menor renda e escolaridade. Esses achados evidenciam a forte relação entre a estabilidade educacional e a saúde mental, sugerindo que a falta de acesso a oportunidades educacionais e financeiras pode aumentar a vulnerabilidade psicológica das pessoas.

Quando se contextualizam esses dados no cenário migratório, no qual muitos indivíduos se deslocam devido a vulnerabilidades sociais e econômicas, em busca de melhores condições de vida, o impacto da educação torna-se ainda mais relevante. Como já referido neste estudo, migrantes frequentemente enfrentam desafios adicionais ao se adaptarem a um novo território, como barreiras linguísticas, dificuldades de validação de diplomas e limitações no mercado de trabalho. Nesse sentido, a educação surge não apenas como uma via de inserção social, mas como um mecanismo de desenvolvimento pessoal e econômico. Através dela, pessoas migrantes podem adquirir novas qualificações, ampliando suas perspectivas de emprego e integração na sociedade de acolhimento.

Durante a oficina “Pontes para Futuro”, promovida com o intuito de oferecer informações e apoio aos migrantes, diversos participantes, em sua maioria venezuelanos, compartilharam relatos emocionantes sobre suas experiências no Brasil. Muitos expressaram que, ao chegarem ao país, as perspectivas eram limitadas apenas ao trabalho, o que contribuiu para um sentimento de insegurança e falta de horizontes. No entanto, ao receberem orientações sobre o acesso ao ensino superior, esses migrantes demonstraram um renovado senso de esperança em relação ao futuro, visualizando novas possibilidades para o crescimento profissional e pessoal. Essa experiência evidencia o papel crucial da educação na vida dos migrantes, oferecendo-lhes uma base sólida para reconstruir suas trajetórias em solo estrangeiro e contribuir de maneira significativa para a sociedade de acolhimento.

Para as extensionistas do projeto Migrantes, autoras deste artigo, houve grande contribuição do projeto para suas formações como profissionais na área da saúde. As atividades propostas disponibilizaram aos discentes um contato humanizado com as pessoas migrantes, haja vista o objetivo de aproximação a uma cultura, língua e costumes diferentes em relação ao Brasil. Foi de extrema importância esse contato para que as extensionistas tornem-se profissionais que busquem não só tratar a dor de seus pacientes – seja física ou mental – mas também possam comunicar-se com eles de forma efetiva, entendendo as dificuldades enfrentadas até então e o que pode ser diferente na sua cultura, compreendendo o contexto que envolve seu sofrimento.

A exemplo disso, mediante o conhecimento também da cultura popular, investigar como concebem sua saúde e os fatores de adoecimento que podem estar associados a hábitos e saberes culturais, cabe ao profissional da saúde estar advertido sobre o ponto de partida de sua análise para conduzir uma possível intervenção em saúde.

Ademais, as ações interventivas proporcionaram o desenvolvimento de empatia das estudantes em relação às pessoas migrantes, incentivando-as a compreender e valorizar a história de vida dessas pessoas, demandando acolhimento para auxiliar na condução do auxílio, como o acesso a informações, a elucidação sobre as políticas públicas de atenção, encaminhamentos etc. Além disso, as estudantes perceberam que, muitas vezes, o acompanhamento em saúde vai além de um diagnóstico, é preciso conversar, entender o que levou àquela situação, às vezes explicar, até que a forma como se conduz determinado debate no Brasil pode ser diferente, incidindo inclusive sobre efeitos de legislação diversa do país de origem. Por exemplo, a questão da violência de gênero (como a Lei Maria da Penha - Lei nº 11.340/2006 - e a tipificação da violência) ou mesmo da educação de filhos (e a Lei da Palmada - Lei nº 13.010/2014).

Considerações finais

O acesso de migrantes ao ensino superior é barrado por desafios linguísticos, documentais, legislativos, entre outros. Por isso, vale ressaltar a importância de projetos que auxiliam no ingresso educacional, para que eles possam usufruir de seus direitos e ter uma boa condição de vida.

Na maioria das vezes, as pessoas migrantes vêm de seu país de origem procurando melhores condições para morar e criar suas famílias. Por meio de ações como as disponibilizadas pelo projeto de extensão, que visam entender as razões das dificuldades desse público, quais as suas expectativas em relação ao novo lugar de moradia e mirar a pessoa migrante em sua integralidade, esse objetivo pode ser alcançado. A visibilidade sobre a questão migratória deve ser valorizada na formação de profissionais, a fim de se desenvolver a sensibilidade não somente para o atendimento humanizado, no caso da saúde, mas também no conhecimento e na luta por direitos estendidos a todas as pessoas que vivem neste país.

Em paralelo, a formação profissional engajada socialmente requer contato direto com a realidade e problematização sobre a diversidade de condições vivenciadas pelos múltiplos grupos sociais que compõem a sociedade. Para uma ampliação de sensibilidade sobre a dimensão da alteridade e do reconhecimento das diferenças que marcam as histórias dos grupos sociais, é preciso investir em formação profissional comprometida com o exercício da cidadania, assim como para promoção de práticas que prezem pela dignidade de todas as pessoas. E as atividades extensionistas, ao lado dos pilares de ensino e pesquisa, apresentam-se como oportunidade significativa para uma formação profissional alicerçada na transformação social.

Referências

ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Perfil socioeconômico de migrantes e refugiados no Brasil: relatório 2024. **Resumo executivo:** versão 83º online. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.acnur.org.br/media/resumo-executivo-versa-cc-83o-online-pdf>. Acesso em: 18 fev. 2025.

ALVES, Ana A. M.; RODRIGUES, Nuno F. R. Determinantes sociais e económicos da saúde mental. **Revista Portuguesa de Saúde Pública**, v. 28, n. 2, p. 127-131, 2010. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0870902510700031>. Acesso em: 4 out. 2024.

ANDÓ FILHO, Fábio. **Direitos de crianças e adolescentes nas migrações**. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, 2021. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6830?locale=pt_BR. Acesso em: 1 jul. 2025.

BAENINGER, Rosana. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 20, p. 77-100, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/mrVMskqfZGB3w5t7wjfBKHR/?lang=pt>. Acesso em: 1 jul. 2025.

BÓGUS, Lucia M. M.; FABIANO, Maria L. A. O Brasil como destino das migrações internacionais recentes: novas relações, possibilidades e desafios. **Revista de Ciências Sociais**, n. 18, 2015.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em: 18 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Boletim da Migração no Brasil**. Versão de agosto. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Justiça, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/secretaria-nacional-de-justica-senajus/boletim-da-migracao-no-brasil_10102024_versao-agosto-final-10-out-2024-1.pdf. Acesso em: 18 fev. 2025.

CASTLES, Stephen. Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios: dos trabalhadores convidados às migrações globais. In: DIETRICH, A. M. (org.). **Imigrantes: eles fizeram o Brasil**. São Paulo: História Viva, 2011. p. 7-73.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; SILVA, Bianca G. **Imigração e refúgio no Brasil: retratos da década de 2010**. Brasília, DF: OBMigra; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Conselho Nacional de Imigração; Coordenação Geral de Imigração Laboral, 2021.

DANTAS, Sylvia D.; SANTANA, Carmen L. A.; ZAIA, Marcia. **Guia em saúde mental e atenção psicossocial para população migrante e refugiada no Brasil**. 1. ed. Brasília, DF: OIM, 2022.

DIAS, Sónia; GONÇALVES, Aldina. Migração e saúde. In: DIAS, S. (org.). **Revista Migrações – Número Temático Imigração e Saúde**. Lisboa: ACIDI, 2007. n. 1, p. 15-26. Disponível em: https://www.uc.pt/fluc/gigs/GeoHealthS/doc_apoio/migracoes_e_saude.pdf. Acesso em: 15 dez. 2024.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). **Saúde de migrantes e refugiados**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2019. Disponível em: <https://www.fiocruz.br>. Acesso em: 7 jan. 2025.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Convenção sobre os Direitos da Criança**. 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 18 out. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Migrantes, apátridas e refugiados**: subsídios para o aperfeiçoamento de acesso a serviços, direitos e políticas públicas no Brasil. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos; IPEA, 2015. (Série Pensando o Direito, 57).

INSTITUTO UNIBANCO. Acesso à educação de imigrantes e refugiados também é um direito fundamental. 2022. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/conteudo/acesso-a-educacao-de-imigrantes-e-refugiados-tambem-e-um-direito-fundamental/>. Acesso em: 23 out. 2024.

MARAGNO, Luciana *et al.* Prevalência de transtornos mentais em populações atendidas pelo Programa Saúde da Família (QUALIS) no município de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 22, n. 8, p. 1639-1648, ago. 2006.

MARTES, Ana C. B.; ARAÚJO, Théo L. Acesso à saúde e educação pública dos imigrantes na cidade de São Paulo. In: AGUILAR, S. L.; ALONSO, I. Z. (org.). **Os desafios da política externa e segurança no século XXI**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018. p. 387-414. DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-85-7983-968-9.p387-414>. Disponível em: https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/download/108/1466/2701?inline=1. Acesso em: 19 out. 2024.

MARTIN, Marina; GALIB, Carolina P. O acesso à educação de crianças migrantes e o desafio da pandemia. **Jornal Jurídico (J²)**, v. 4, n. 1, p. 97–114, 2021. DOI: 10.29073/j2.v4i1.346. Disponível em: <https://www.revistas.ponteditora.org/index.php/j2/article/view/346>. Acesso em: 18 out. 2024.

MATOS, Inês C. Imigração e saúde pública: uma questão de igualdade. **Saúde+Pública**, 2020. Disponível em: <https://www.saudemaispublica.com/em-foco/imigracao-e-saude-publica-uma-questao-de-igualdade>. Acesso em: 7 jan. 2025.

CÁ, Vanito I. V.; MENDES, Jussara M. R. Desafios e dificuldades enfrentadas pelos imigrantes senegaleses no processo de integração social na sociedade brasileira. **Revista Humanidades & Inovação**, v. 7, n. 2, 2020.

NOLASCO, Carlos. Migrações internacionais: conceitos, tipologia e teorias. **Oficina do CES**, n. 434, mar. 2016. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/32548/1/Migra%C3%A7%C3%B5es%20internacionais%20Conceitos%2C%20tipologia%20e%20teorias.pdf>. Acesso em: 22 set. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: o que é e como implementar**. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda-2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 18 out. 2024.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Mudança do clima, meio ambiente e migração: conceitos básicos e fontes de dados**. Brasília: OIM, 2023. Disponível em: https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbdl1496/files/documents/2023-09/mudanca-do-clima-meio-ambiente-e-migracao-conceitos-basicos-e-fontes-de-dados_set23.pdf. Acesso em: 1 jul. 2025.

ROCHA, Cristianne M.; DARSIE, Camilo; GAMA, Ana F.; DIAS, Sónia F. Migração internacional e vulnerabilidade em saúde: tópicos sobre as políticas de saúde e de saúde sexual e reprodutiva em Portugal. **Hygeia**, v. 8, n. 15, p. 190-200, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/104472>. Acesso em: 18 dez. 2024.